

287

Cascais
Câmara Municipal

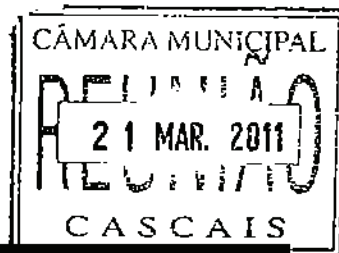


13. Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Câmara Municipal de Cascais

2010



Direcção Municipal de Gestão Financeira e Patrimonial

NOVA MORADA: Edifício Cascais Center
Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118 - Piso 2
2750-421 Cascais
Telef.: (351) 21 481 51 85 (82) | Fax (351) 21 482 52 00

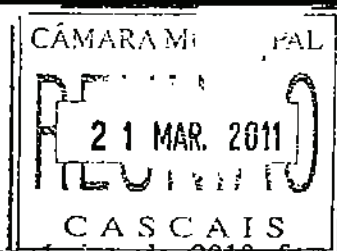
(Signature)
O Vereador
(no uso das competências delegadas
conforme despacho nº 21/2011 de 6 Fevereiro)
(Nuno Pitelra Lopes)

CHEFE DA DIVISÃO DE
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
(Signature)
CARLA SILVA

O Director do Departamento
de Gestão Financeira
(Signature)
Carlos J. Costa

Divisão de Administração Financeira
DMGFP/DGF
Cascais, 20 de Março de 2011
(no uso das competências subdelegadas
conforme despacho nº 39/2011 de 23 Fevereiro)
(Signature)
(Filipe Nascimento)

Nota Introdutória



As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2010 foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

A moeda utilizada nas Demonstrações Financeiras é a moeda europeia, unidade Euro.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam à numeração definida no ponto 8 do POCAL e que consta na prestação individual como ponto 13. A numeração raiz corresponde, assim, ao ponto 13.

Os pontos que não se aplicam ao Município de Cascais, ou respeitam a factos ou situações que não são materialmente relevantes, não colocando assim em causa a fiabilidade da leitura e a interpretação das demonstrações financeiras no seu conjunto, terão a menção "Não aplicável".

8.2.1 – Não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que impeçam a leitura das Demonstrações Financeiras como as correspondentes na íntegra, à imagem verdadeira e apropriada do Activo, Fundos Próprios, Passivo e Resultados.

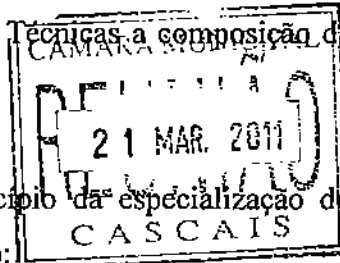
8.2.2 – As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e nos registos do Município. No presente exercício não se verificaram mudanças de políticas contabilísticas nem de critérios valorimétricos com efeitos importantes nos mapas financeiros pelo que os valores deste exercício económico são directamente comparáveis, em todos os seus aspectos significativos, com os do exercício anterior, com excepção das seguintes rubricas:

Na **conta 24343 - Cálculo do IVA – Pró-rata**, o cálculo do IVA – Pró-rata em 2010 apurou um valor definitivo de 4%, tendo sido o valor provisório de 7% utilizado em 2010. Houve assim um decréscimo de 3% que influenciou desfavoravelmente o Resultado Líquido.

A **conta 271 – Acréscimos de Proveitos**, de acordo com o princípio da especialização do exercício, esta conta passou a registar os proveitos referentes a impostos directos do ano de 2010, no valor total de € 4.861.754,78 e cujo recebimento só se realizará em 2011.

Registou-se também nesta conta outros acréscimos de proveitos a receber em 2011 que totalizam o valor de € 2.702.543,04. Vide Anexo às Notas Técnicas a composição da conta (Anexo A-1).

A **conta 272 – Custos Diferidos**, de acordo com o princípio da especialização do exercício, passou a registar os seguintes valores (Anexo A-2):



- € 12.808.818,67 relativos a custos com subsídios de capital aprovados em Reunião de Câmara, que serão regularizados mediante a apresentação de documentos de despesa por parte das entidades. Deste valor, € 9.733.453,31 referem-se a custos contratualizados que irão ocorrer em anos futuros devidamente identificados como tal nos lançamentos;
- € 1.066.502,95 relativos transferências e subsídios correntes aprovados em Reunião de Câmara, cujo custo e pagamento ocorrerá ao longo de 2011. Deste valor, € 804.000,00 referem-se a custos contratualizados e com previsão de ocorrência em anos futuros que, à semelhança do procedimento para as transferências de capital, também se encontram individualmente identificados.

A **conta 273 – Acréscimos de Custos**, e de acordo com o princípio da especialização do exercício, teve registo de todos os custos ocorridos em 2010, no valor total de € 4.711.449,28 e cujos pagamentos só terão lugar em 2011. Deste valor, € 4.109.966,78 respeitam a “Remunerações a Liquidar”.

8.2.3 – Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são:

a) Imobilizado

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente aos Bens do Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Bens do Domínio Público obedecem às disposições do POCAL e do CIBE e são os seguintes:

- a. Os bens do activo **imobilizado** estão registados ao custo de aquisição;
- b. Os bens do activo imobilizado adquiridos em 2010, de valor inferior a 80% do índice 100 da Tabela Salarial do Regime Geral da Função Pública (€ 274,00), foram amortizados a 100% de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril;
- c. O **imobilizado em curso** está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos. Os autos de recepção provisória de 2010 foram regularizados através da transferência dos seus valores para as respectivas contas de Imobilizações Corpóreas e Bens de Domínio Público;
- d. Os **investimentos financeiros** (partes de capital) foram avaliados ao seu custo de aquisição; e
- e. As **amortizações** são calculadas com base no método das quotas constantes, a partir do ano em que os bens entram em funcionamento, utilizando as taxas máximas legalmente fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, conforme o disposto no POCAL.

b) Existências

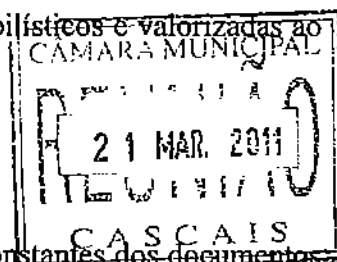
As existências foram determinadas a partir dos registos contabilísticos e valorizadas ao custo de aquisição.

c) Dívidas de/ e a terceiros

As dívidas de/ e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

d) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente.



e) *Provisões*

Provisões Para Cobranças Duvidosas

As Provisões para Cobranças Duvidosas calculadas para o exercício de 2010 tiveram por base as regras geralmente adoptadas no POCAL e basearam-se numa análise detalhada das mesmas juntamente com o Serviço de Execuções Fiscais.

A metodologia de apuramento é a seguinte:

✓ De 0 a 6 meses – 0%	€ 0,00
✓ De 6 a 12 meses – 50%	€ 72.582,88
✓ Mais de 12 meses – 100%	€ 1.489.709,79

Provisões Para Riscos e Encargos

As provisões constituídas para Processos Judiciais em Curso mantêm-se inalteradas relativamente à gerência de 2008.

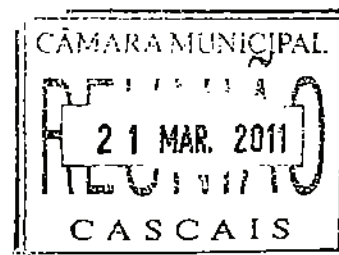
Não se efectuou qualquer diminuição ou reforço dos valores provisionados pelo motivo de não ter sido facultada à DAFI qualquer alteração acerca dos processos judiciais que se encontram em curso e com eventuais riscos provocados pela conjuntura económica nacional e internacional, durante o exercício de 2010, e até à presente data.

No presente foram já desenvolvidas, em conjunto com o Departamento de Assuntos Jurídicos, os procedimentos conducentes no apuramento por esse departamento dos valores semestral e anual das provisões para riscos e encargos.

8.2.4 – Não aplicável.

8.2.5 – O Resultado Líquido foi afectado nas seguintes situações:

a) Amortizações do activo imobilizado superiores às adequadas:



<i>(em euros)</i>			
Conta	Débito	Crédito	Saldo Credor
79.61 - Amortizações	0,00	14.006.934,88	14.006.934,88
TOTAL	0,00	14.006.934,88	14.006.934,88

253

O saldo da conta 79.61 – *Reduções de Amortizações e de Provisões/Amortizações* decompõem-se da seguinte forma:

- (i) Abates, no valor total de € 328.168,76;
- (ii) Regularizações de Amortizações Acumuladas, no valor total de € 13.678.766,12.

b) Amortizações do activo immobilizado inferiores às adequadas:

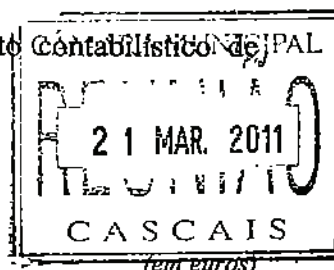
(em euros)

Conta	Débito	Crédito	Saldo Devedor
69.61 - Amortizações	4.745.362,89	0,00	4.745.362,89
TOTAL	4.745.362,89	0,00	4.745.362,89

O saldo da conta 69.61 – *Aumentos de Amortizações e de Provisões/Amortizações* decompõem-se da seguinte forma:

- (i) Regularizações de Amortizações Acumuladas, no valor total de € 4.745.362,89.

Os movimentos ocorridos nesta conta resultam do processamento da informação proveniente da Divisão de Gestão Patrimonial (DGEP).



c) Provisões para cobranças duvidosas superiores às adequadas:

(em euros)

Conta	Débito	Crédito	Saldo Credor
79.62 - Provisões	0,00	543.102,81	543.102,81
TOTAL	0,00	543.102,81	543.102,81

A redução das provisões para cobranças duvidosas superiores às adequadas resulta da análise e do apuramento contabilístico, executadas de acordo com as regras explicitadas na alínea e) do ponto 8.2.3.

8.2.6 – Comentário à conta 43.2 “Despesas de Investigação e de Desenvolvimento”

De acordo com o POCAL “esta conta engloba as despesas associadas com a investigação original e planeada, com o objectivo de obter novos conhecimentos

científicos ou técnicos, bem como as que resultem da aplicação tecnológica das descobertas, anteriores à fase de produção”.

Os projectos com maior relevância registados durante o exercício económico de 2010 foram:

1. Reestruturação das Instalações Eléctricas da Quinta da Alagoa	€ 114.950,00
2. Via Circular Nascente a S. João do Estoril	€ 74.258,82
3. Passagem Pedonal Inferior do Parque Palmela Cascais	€ 42.219,60
4. Edifício Cascais Center	€ 28.032,75

Os restantes têm uma natureza diversa e o seu montante é de baixa relevância.

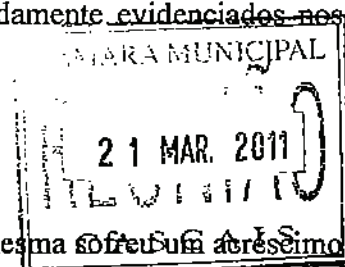
Verificam-se, no entanto, algumas situações que, por falta de informação adequada ou dúvidas aquando da análise dos documentos, não estão a ser relevadas nesta conta pelo que, para reflectir de forma verdadeira e apropriada os factos contabilísticos em curso no Município, estas situações serão avaliadas pontualmente e caso a caso durante o decorrer do presente ano, e alvo de correcção sempre que se verificar essa necessidade.

Encontra-se também o Departamento Financeiro a iniciar trabalhos de revisão do Regulamento de Controlo Interno, com vista a corrigir estas situações.

8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes no balanço e nas respectivas amortizações, encontram-se devidamente evidenciados nos seguintes mapas:

Anexo I - Activo Bruto (Imobilizado Bruto)

No que concerne à conta 41 – Investimentos Financeiros, a mesma sofreu um acréscimo de € 200.000,00, pelo aumento de capital da Fortaleza de Cascais, E.E.M.



Apesar da transferência no valor total de € 2.573.436,71 para cobertura de prejuízos das Empresas Municipais e Intermunicipais, estes valores foram registados como Custos do Exercício, uma vez que a Conta 41 se encontra valorizada ao custo de aquisição e não se aplica o Método de Equivalência Patrimonial.

Referente às contas de Imobilizações Corpóreas e Bens de Domínio Público, vide **Anexo B**.

Anexo II - Amortizações e Provisões

Relativamente às Amortizações do Exercício ainda se constata que existem bens imóveis que estão a ser amortizados a taxas muito superiores às previstas no CIBE, embora os valores sejam muito menores relativamente a 2009.

Continuam em curso os trabalhos em equipa, entre a DAFI e a DGEP, para que na próxima Prestação Intercalar se possam ter já valores “residuais” das Amortizações que deverão ser alvo de regularização e, assim, tornar a base do Imobilizado e dos Bens de Domínio Público do Município mais fiável.

8.2.8 – A informação desagregada para cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, encontram-se nos seguintes anexos:

Anexo III – Mapa Síntese de Bens por Conta e Fichas de Amortizações por Conta, incluindo Amortizações Extraordinárias;

Anexo IV - Mapa de Amortizações: Edifícios;

Anexo V – Mapa de Amortizações: Outras Construções;

Anexo VI - Mapa Síntese Detalhado: Viaturas;

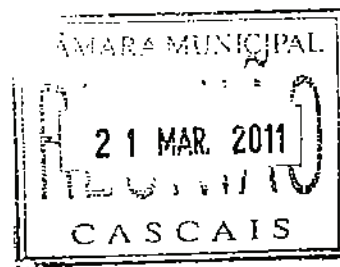
Anexo VII - Mapa de Bens Abatidos ao Inventário, no exercício, devidamente justificados.

8.2.9 – No exercício de 2010 verificou-se a utilização de um empréstimo que havia sido contratado em 2009, no âmbito do PER, para aquisição de 64 fogos em Campos Velhos, no montante de € 1.665.764,00.

8.2.10 – Em 2010, não houve reavaliações do imobilizado.

8.2.11 – Não aplicável.

8.2.12 – O valor global das imobilizações corpóreas e em curso, por conta, em poder de terceiros, são referidos no **Anexo VIII** – Imobilizações em Poder de Terceiros: Bens em Direito de Superfície e Comodato.



8.2.13 – Não aplicável.

8.2.14 – Os bens do imobilizado que não se encontram valorizados, encontram-se listados no **Anexo IX**, acompanhados da informação a fundamentar a impossibilidade da sua valorização.

8.2.15 – Os bens de domínio público que não são objecto de amortização estão identificados no **Anexo X**, com indicação das respectivas razões, através de informação fundamentada.

8.2.16 – A designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, vêm referidas no **Anexo XII**. Durante o exercício económico de 2010, houve apenas a alteração ao Capital Social da Fortaleza de Cascais, E.E.M. que passou de € 200.000,00 para € 400.000,00 continuando o Município a ser o único detentor do capital desta empresa.

8.2.17 – Não aplicável.

8.2.18 – Não aplicável.

8.2.19 – Não aplicável.

8.2.20 – Não aplicável.

8.2.21 – Não aplicável.

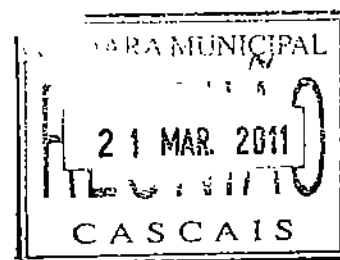
8.2.22 – O valor global das contas de cobrança duvidosa, nas rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço perfaz um valor de € 1.380.030,25 (**Anexo C**).

8.2.23 – Não aplicável.

8.2.24 – Não aplicável.

8.2.25 – Não aplicável.

8.2.26 – A descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança referentes ao exercício de 2010, apresenta-se no **Anexo XII – Contas de Ordem**.



257

8.2.27 – A apresentação e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício económico de 2010 na conta de provisões são as que constam no quadro seguinte:

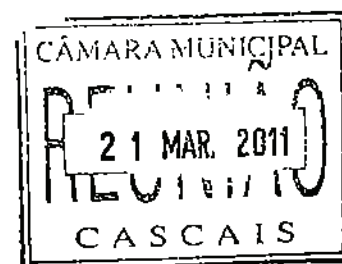
(em euros)

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
29.11 - Clientes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
29.12 - Contribuintes c/c	1.765.013,06	32.280,06	534.651,24	1.262.641,88
29.13 - Utentes c/c	96.490,20	25.615,07	4.716,90	117.388,37
29.14 - Outros Devedores	185.428,73	488,13	3.943,97	181.972,89
29.2 – Para riscos e encargos	4.555.188,22	0,00	0,00	4.555.188,22
Total	6.602.120,21	58.383,26	543.312,11	6.117.191,36

8.2.27 – Os movimentos ocorridos em 2010, nas rubricas de fundo patrimonial e constantes no balanço, são apresentados no quadro seguinte:

(em euros)

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 – Património	822.954.429,24	23.472.672,82	916.069,42	845.511.032,64
57.1 – Reservas Legais	3.088.245,54	0,00	0,00	3.088.245,54
57.5 – Subsídios	1.409.177,50	0,00	0,00	1.409.177,50
57.6 – Doações	19.772.887,07	16.845.251,95	4.596.903,75	32.021.235,27
59.1 – Resultados Transitados	56.720.761,18	0,00	18.084.234,47	38.636.526,71
59.2 – Regularizações	24.228.952,56	0,00	0,00	24.228.952,56
88 – Resultado Líquido Exercício	(18.084.234,47)	30.940.117,76	0,00	12.855.883,29
TOTAL	910.090.218,62	71.097.735,13	23.597.207,34	957.590.746,41



Conta 51 – Património

As correcções prendem-se com as seguintes situações:

(em euros)

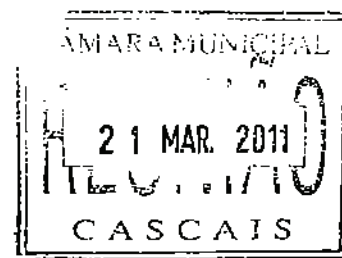
Conta	Investimentos Financeiros		Imobilizações Corpóreas		Imobilizações Incorpóreas		Bens de Domínio Público	
	reforços	diminuições	reforços	diminuições	reforços	diminuições	reforços	diminuições
SI 2002	8.488,24	899.817,27	17.054.299,39				5,17	
2003			33.615,03					
2004			266.586,45				54.628,11	
2006	5.261.760,00		407.755,30	3.721,74				
2008			82.812,50					
2009			248.584,20					
2010			54.129,04	12.530,41	9,39			

Conta 57.1 – Reservas Legais

Não se constituíram, em 2010, reservas legais referentes a 5% do Resultado Líquido de 2009, uma vez que nesse exercício, o RLE foi negativo em € 18.084.234,47.

Conta 57.5 – Subsídios

Não existiram movimentos nesta conta durante 2010.

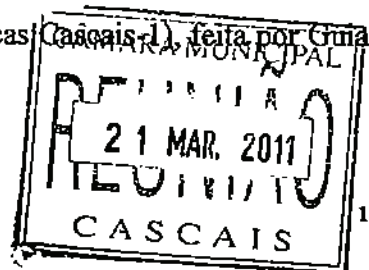
Conta 57.6 – Doações

Esta informação é gerida e fornecida pela DGEP e apresenta-se em seguida.

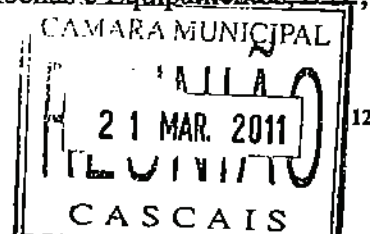
O Município recebeu as seguintes doações:

- 2434-Alvará de Loteamento n.º 1391 de 13-11-2007 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 1.245,00 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento colectivo, no valor de € 221.640,00 (de acordo com simulação do Valor Patrimonial Tributário), feita por A. Santo – Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.;
- 2435-Alvará de Loteamento n.º 1391 de 13-11-2007 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 30,00 m², ao Município de Cascais, destinada a posto de transformação, no valor de € 5.350,00 (de acordo com simulação do Valor Patrimonial Tributário), feita por A. Santo – Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.;

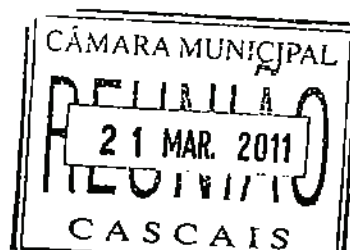
- c) 2447-Escritura n.º L.245 Fls.7 de 21-04-2009 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 185,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 43.660,00 (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças Cascais-1), feita por Marcelina da Assunção Gonçalves Viana Mendes e outro;
- d) 786-Escritura n.º L.221 Fls.8v de 10-04-1997 – Doação da fracção A – piso 0, cave do lote J1, ao Município de Cascais, destinada a armazém, no valor de € 34.574,75 (de acordo com 75% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Constroibem - Sociedade Industrial de Construções e Turismo, S.A.;
- e) 787-Escritura n.º L.221 Fls.8v de 10-04-1997 – Doação da fracção A – piso 0, cave do lote J2/3, ao Município de Cascais, destinada a armazém, no valor de € 32.358,42 (de acordo com 75% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Constroibem - Sociedade Industrial de Construções e Turismo, S.A.;
- f) 856-Escritura n.º L.232 Fls.52 de 20-12-2001 – Doação da fracção B – loja 005, composta por cave e R/C no Edifício S. José, ao Município de Cascais, destinada a auditório municipal, no valor de € 462.407,04 (de acordo com 75% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Fundo de Investimento Imobiliário Urbifundo;
- g) 1022-Escritura n.º L.206 Fls.44v de 26-03-1987 – Doação da fracção A – cave, ao Município de Cascais, destinada a habitação ou escritório, no valor de € 12.185,79 (de acordo com 75% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Manuel Rosa Gomes e outro;
- h) 5120-Escritura n.º L.240 Fls.130 de 16-03-2006 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 2.120,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 169.460,00 (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças Cascais-1), feita por João Garcia Bentes e outro;
- i) 2450-Escritura n.º L.241 Fls.19 de 01-06-2006 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 30.502,00 m², ao Município de Cascais, destinada a espaços verdes, pedovia e equipamento de apoio no valor de € 281.390,00 (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças Cascais-1), feita por Gma-Sociedade de construções e turismo, S.A.;



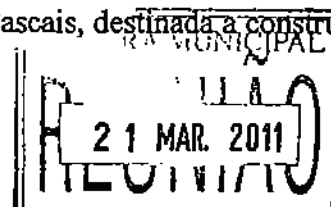
- j) **2451**-Escritura n.º L.241 Fls.19 de 01-06-2006 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 19.484,00 m², ao Município de Cascais, destinada a espaços verdes, pedovia e equipamento de apoio no valor de € 179.740,00 (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças Cascais-1), feita por Guia - Sociedade de construções e turismo, S.A.;
- k) **2469**-Escritura n.º L.206 Fls.44v de 26-03-1987 – Doação do terreno subjacente à fracção A - cave, ao Município de Cascais, destinada a habitação ou escritório, no valor de € 4.061,93 (de acordo com 25% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Manuel Rosa Gomes e outro;
- l) **2470**-Escritura n.º L.232 Fls.52 de 20-12-2001 – Doação do terreno subjacente à fracção B - loja 005 composta por cave e R/C, ao Município de Cascais, destinada a auditório municipal no Edifício S. José, no valor de € 154.135,68 (de acordo com 25% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Fundo de Investimento Imobiliário Urbifundo;
- m) **5102**-Alvará de Loteamento n.º 1320 de 20-09-2005 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 349,00 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento, no valor de € 44.170,00 (de acordo com simulação do Valor Patrimonial Tributário), feita por Administração Conjunta do Bairro Massapés;
- n) **5108**-Alvará de Loteamento n.º 1357 de 25-05-2006 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 750,00 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento de utilização colectiva, no valor de € 86.760,00 (de acordo com simulação do Valor Patrimonial Tributário), feita por José Alexandre Dias Ramos;
- o) **3314**-Escritura n.º L.221 Fls.8v de 10-04-1997 – Doação de terreno subjacente à fracção A - cave do lote J2/3, ao Município de Cascais, destinada a armazém, com uma regularização no valor de € 389,86 (de acordo com 25% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Constroibem - Sociedade Industrial de Construções e Turismo S.A.;
- p) **5068**-Escritura n.º L.219 Fls.71 de 07-12-1995 – Doação de parcela de terreno com 71,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 4.860,00 (de acordo com o valor Patrimonial Tributário referente a 2006), feita pela FABRIMAR – Indústria de Rochas e Equipamentos, S.A.;



- q) **2468**- Escritura n.º L.221 Fls.8v de 10-04-1997 – Doação de terreno subjacente à fracção A – cave do lote J1, ao Município de Cascais, destinada a armazém no valor de € **11.524,92** (de acordo com 25% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Constroibem - Sociedade Industrial de Construções e Turismo S.A;
- r) **5118**-Escritura n.º L.240 Fls.121 de 16-02-2006 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 2039.17,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € **284.310,00** (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças Cascais-1), feita por Manuel Francisco Brôa e outros;
- s) **5121**-Escritura n.º L.240 Fls.59 de 07-12-2005 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 589.50,00 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento, no valor de € **65.460,00** (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças Cascais-2), feita por Sacop - Construção e Obras Públicas S.A.;
- t) **5122**-Escritura n.º L.237 Fls.129 de 16-09-2004 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 342,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção (lote 17), no valor de € **35.544,75** (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Fernando Gonçalves & Rosário, Limitada;
- u) **5124**-Escritura n.º L.237 Fls.129 de 16-09-2004 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 355,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção (Lote 6), no valor de € **33.604,63** (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Fernando Gonçalves & Rosário, Limitada;
- v) **5131**-Escritura n.º L.211-A Fls.43v de 07-09-1989 – Doação de parcela de terreno com 3613,00 m², ao Município de Cascais, destinada aos fins de interesse público que a câmara entender, no valor de € **30.042,94** (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita pela Maria do Carmo de Almeida Gomes Bessone Basto Sabido e outros;
- w) **5132**-Escritura n.º L.211-A Fls.43v de 07-09-1989 – Doação de lote 21 de terreno com 358,75 m², ao Município de Cascais, destinado a construção, no valor de € **110.251,57** (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Maria do Carmo de Almeida Gomes Bessone Basto Sabido e outros;

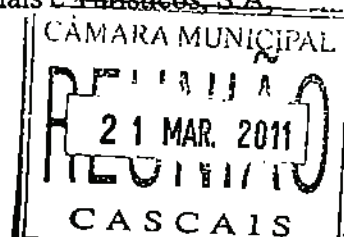


- x) 5133-Escritura n.º L.211-A Fls.43v de 07-09-1989 – Doação de lote 22 de terreno com 358,75 m², ao Município de Cascais, destinado a construção, no valor de € 110.251,57 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Maria do Carmo de Almeida Gomes Bessone Basto Sabido e outros;
- y) 5137-Escritura n.º L.227 Fls.45 de 02-12-1999 – Doação de parcela de terreno com 480,00 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento de utilização colectiva, no valor de € 24.868,95 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Maria de Fátima Sena Santos Moreira Gomes da Costa e outros;
- z) 5144-Escritura n.º L.240 Fls.134 de 23-03-2006 – Cedência gratuita e troca de parcela de terreno com 2.818,00 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento, no valor de € 700.600,00 (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças de Cascais-2), feita por António Aurélio Mendes da Silva;
- aa) 5149-Escritura n.º L.225 Fls.95 de 18-03-1999 – Doação de parcela de terreno com 929,45 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento, no valor de € 27.495,97 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por GÉRIUM- Promoção e Construção Imobiliária, Limitada;
- bb) 5150-Escritura n.º L.225 Fls.95 de 18-03-1999 – Doação de parcela de terreno com 1.396,37 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento, no valor de € 1.691.680,00 (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças de Cascais-2), feita por GÉRIUM- Promoção e Construção Imobiliária, Limitada;
- cc) 5158-Escritura n.º L.200 Fls.44 de 15-02-1985- Doação do terreno subjacente à Escola Básica 1º ciclo nº2 de Sassoeiros, ao Município de Cascais, destinada a Escola Primária, no valor de € 110.155,00 (de acordo com 25% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Francisco Anjos Diniz e outros;
- dd) 5156-Escritura n.º L.220-A Fls.19 de 04-07-1996 – Doação de parcela de terreno com 97,50 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 6.184,45 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por DIGAL – Distribuição e Comércio, Limitada;
- ee) 5157-Escritura n.º L.218-A Fls.58v de 06-07-1995 – Doação de parcela de terreno com 13.130,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção,

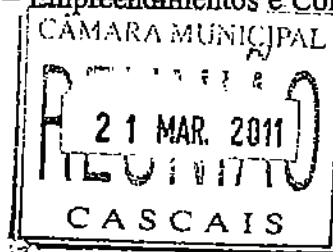


no valor de € 218.358,08 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Domingos de Rana;

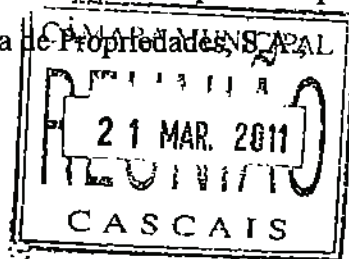
- ff) 5134-Escritura n.º L.211-A Fls.43v de 07-09-1989 – Doação de Lote de terreno (lote23) com 1330,00 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento, no valor de € 55.347,55 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Maria do Carmo de Almeida Gomes Bessone Basto Sabido e outros;
- gg) 587-Escritura n.º L.226 Fls.74v de 29-07-1999 – Doação de lote de terreno (lote 11) com 404,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 24.181,72 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita pela Imobiliária Leitão, Lda.;
- hh) 5167-Escritura n.º L. 193 Fl. 48 de 22-12-1982 – Doação de parcela de terreno, com 26.970,00 m², ao Município de Cascais, destinada a espaços públicos, no valor de € 134.525,79 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Oceanisol – Sociedade Construção e Urbanização, Lda.;
- ii) 2165-Alvará de Loteamento n.º 1435 de 06-10-2009 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 1906,50 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento público no valor de € 259.140,00 (de acordo com simulação do Valor Patrimonial Tributário), feita por Fundecran, Lda.;
- jj) 593-Escritura n.º L.225 Fls.93v de 18-03-1999 – Doação de lote de terreno (lote1) com 363,40 m², ao Município de Cascais, destinado a construção, no valor de € 44.400,00 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Rodrigo Venâncio Ferreira e outros;
- kk) 594-Escritura n.º L.225 Fls.94 de 18-03-1999 – Doação de lote de terreno (lote2) com 301,80 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 44.430,00 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Rodrigo Venâncio Ferreira e outros;
- ll) 498-Escritura n.º L.231 Fls.58 de 07-09-2001 – Doação de parcela de terreno com 1685,00 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento, no valor de € 8.656,88 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por A. Santo -Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.;



- mm)** 919-Escritura n.º L.232 Fls.17 de 29-11-2001 – Doação de parcela de terreno M com 11,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 56,52 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Grisa – Gestão Imobiliária e Industrial S.A;
- nn)** 989-Escritura n.º L.207-A Fls.37 de 30-07-1987 – Doação de parcela de terreno com 1559,00 m², ao Município de Cascais, destinada a logradouro público e posto de transformação, no valor de € 60.235,29 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Marcelina Sousa Faria dos Santos;
- oo)** 1012-Escritura n.º L.232 Fls.17 de 29-11-2001 – Doação de parcela de terreno com 5.345,00 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento, no valor de € 497.190,00 (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças de Cascais-1), feita por Grisa – Gestão Imobiliária e Industrial, S.A;
- pp)** 1031-Escritura de Rectificação n.º L.225 Fls.83v de 11-03-1999 – Doação de lote de terreno (lote1) com 415,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 29.483,25 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Metaconstrução – Empreendimentos e Construção Civil, Lda.;
- qq)** 1032-Escritura de Rectificação n.º L.225 Fls.83v de 11-03-1999 – Doação de lote de terreno (lote2) com 412,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 23.495,35 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Metaconstrução – Empreendimentos e Construção Civil, Lda.;
- rr)** 1033-Escritura de Rectificação n.º L.225 Fls.83v de 11-03-1999 – Doação de lote de terreno (lote3) com 417,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 23.780,49 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Metaconstrução – Empreendimentos e Construção Civil, Lda.;
- ss)** 1034-Escritura de Rectificação n.º L.225 Fls.83v de 11-03-1999 – Doação de Lote de terreno (lote4) com 412,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 23.495,35 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Metaconstrução – Empreendimentos e Construção Civil, Lda.;

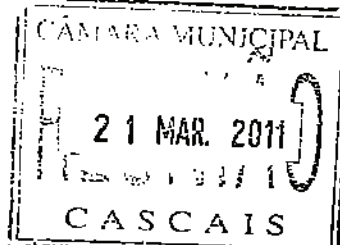


- tt) 1035-Escritura de Rectificação n.º L.225 Fls.83v de 11-03-1999 – Doação de Lote de terreno (lote5) com 384,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 21.898,58 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Metaconstrução – Empreendimentos e Construção Civil, Lda.;
- uu) 1036-Escritura de Rectificação n.º L.225 Fls.83v de 11-03-1999 – Doação de Lote de terreno (lote6) com 355,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 20.244,78 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Metaconstrução – Empreendimentos e Construção Civil, Lda.;
- vv) 1037-Escritura de Rectificação n.º L.225 Fls.83v de 11-03-1999 – Doação de Lote de terreno (lote7) com 324,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 18.476,92 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Metaconstrução – Empreendimentos e Construção Civil, Lda.;
- ww) 1038-Escritura de Rectificação n.º L.225 Fls.83v de 11-03-1999 – Doação de Lote de terreno (lote8) com 303,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 17.279,35 (de acordo com o valor da Caderneta Predial Urbana), feita por Metaconstrução – Empreendimentos e Construção Civil, Lda.;
- xx) 2186-Escritura n.º L.246 Fls.95 de 31-08-2010 – Cedência gratuita de parcela de terreno com 554,60 m², ao Município de Cascais, destinada a equipamento, no valor de € 70.860,00 (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças de Cascais-1), feita por MJPH- Construções, Limitada;
- yy) 754-Escritura n.º L.211 Fls.1v de 15-06-1989 – Doação da fracção GY – sub-cave, ao Município de Cascais, destinada a fins sociais, no valor de € 6.759,80 (de acordo com 75% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita por A Industrial de Construções Cruz & Cruz, Lda.;
- zz) 5148-Escritura n.º L.211-A Fls.43v de 07-09-1989 – Doação de parcela de terreno com 5850,00 m², ao Município de Cascais, destinado a construção para fins de interesse público, no valor de € 775.694,70 (de acordo com avaliação dos Serviços de Finanças de Cascais-2), feita por Compave - Sociedade de Compra, Administração e Venda de Propriedades, S.A.P.A.L.



- aaa) 4458-Escritura n.º L.188 Fls.31v de 19-11-1981 – Doação de Lote de terreno com 6500,00 m², ao Município de Cascais, destinada a construção, no valor de € 174.165,80 (de acordo com 25% do valor da Caderneta Predial Urbana), feita pela Quinta do Junqueiro – Sociedade Anónima de responsabilidade Limitada;
- bbb) 4451-Escritura n.º L.188 Fls.31v de 19-11-1981 – Doação de parcela de terreno com 5.050,00 m², ao Município de Cascais, destinada a lar/residência, no valor de € 1.635.950,00 (de acordo com avaliação do Serviço de Finanças de Cascais-2), feita pela Quinta do Junqueiro – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada;
- ccc) 2189-Escritura n.º L.210A Fls.2v de 15-12-1988 – Doação de parcela de terreno subjacente a campo de futebol, bancadas e edifício com 11.540,00 m², ao Município de Cascais, no valor de € 231.350,00 (de acordo com 25% do valor patrimonial tributário), feita por A. Santo – Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.;
- ddd) 2191-Escritura n.º L.1210A Fls.2v de 15-12-1988 – Doação de lote de terreno com 12.448,895 m², ao Município de Cascais, destinado a construção, no valor de € 2.955.760,00 (de acordo com o valor patrimonial tributário), feita por A. Santo – Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.;

O Município diminui às suas doações:



- a) 5134-Escritura n.º L. 245 Fl. 144 de 26-01-2010 – Transmissão por meio de doação de lote de terreno destinado a equipamento social, à Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Abóboda, pelo Município de Cascais;
- b) 587-Escritura n.º L.226 Fls.74v de 29-07-1999 – Transmissão por meio de troca de lote de terreno (lote 11) destinado a construção, com António Henrique Geraldês Seguro e outros, pelo Município de Cascais;
- c) 5068-Escritura n.º L.240 Fls.81 de 05-01-2006 – Transmissão por meio de troca de parcela de terreno destinada a construção, com Banco BPI, S.A., pelo Município de Cascais;
- d) 52750, 52751, 52752, 52754 e 52755 - Auto de Abate n.º 9/2010 – Tesouras;

e) 52659, 52669 e 52682 – Auto de Abate n.º 9/2010 – Cadeira e Bancos.

Conta 59.1 – Resultados Transitados por Exercício

Foi criada a conta 5912009, para registo do resultado desse exercício.

Conta 59.2 – Regularizações

Não existiram movimentos nesta conta durante 2010.

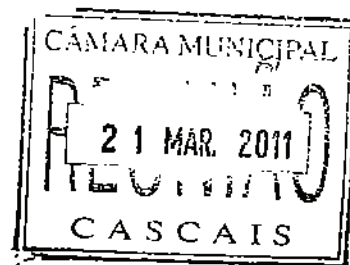
8.2.29 – A demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, encontra-se no **Anexo XIII**.

8.2.30 – Não aplicável.

8.2.31 – A demonstração de resultados financeiros encontra-se no **Anexo XIV**.

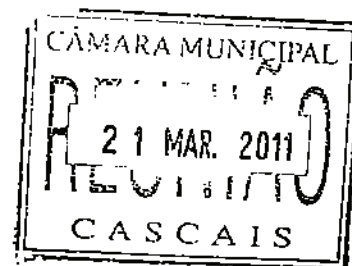
Para análise da Conta 68.1 - Juros Suportados, vide **Anexo D**.

8.2.32 – A demonstração de resultados extraordinários encontra-se no **Anexo XV**.

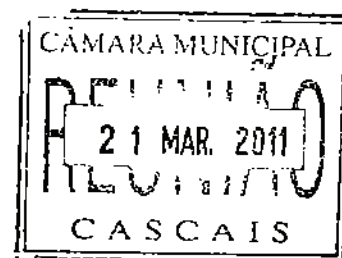


308

ANEXOS A a E
(Detalhes de contas, mapas e gráficos de análise)



ANEXO A
Acréscimos e Diferimentos

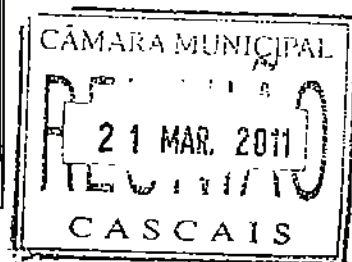


Anexo A-1:

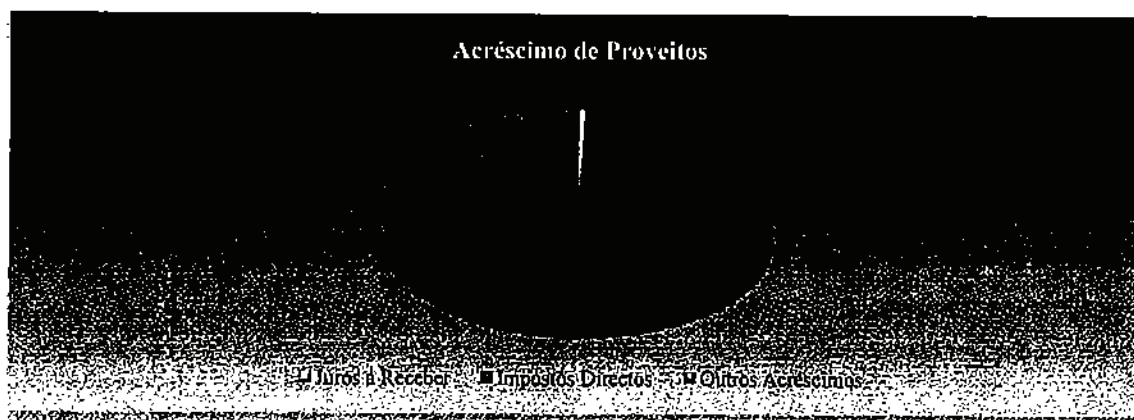
Conta 27.1 – Acréscimos de Proveitos

Em análise à conta 27.1 – Acréscimos de Proveitos, a 31-12-2010, verifica-se que apresenta os seguintes valores:

Conta	Designação	Valor	%
2711	Juros a Receber	49.201,57	1%
2712	Impostos Directos	4.861.754,78	64%
2719	Outros Acréscimos	2.702.543,04	35%
Totais		7.613.499,39 €	100%



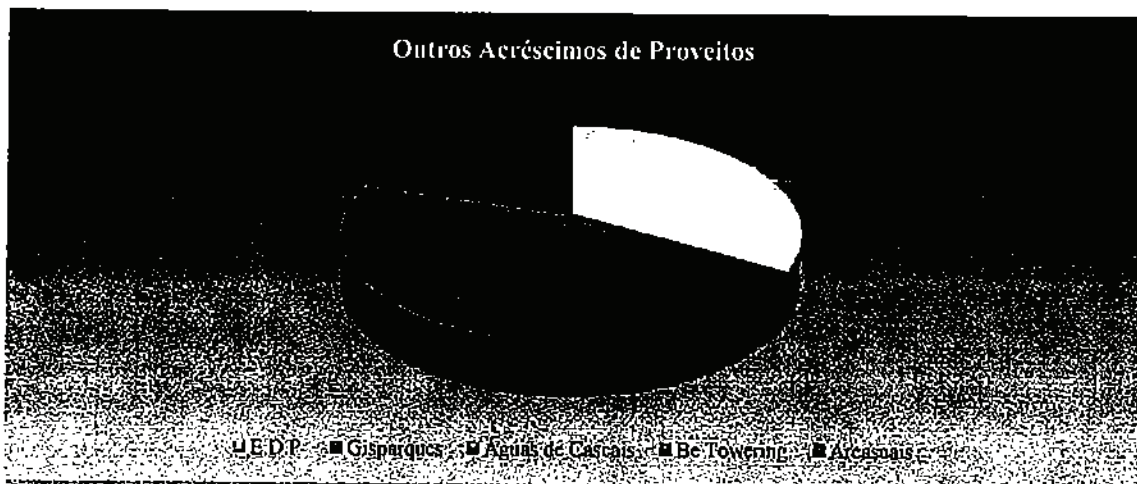
Graficamente, temos:



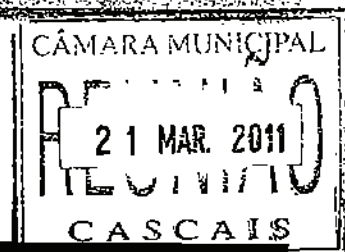
Do gráfico conclui-se que dos valores registados nesta conta, mais de metade provém de impostos directos. Por outro lado, “*Outros Acréscimos*” representam 35% do total dos Acréscimos de Proveitos registados em 2010. Em análise à conta 2719 – Outros Acréscimos de Proveitos, a 31-12-2010, verifica-se que apresenta os seguintes valores:

Conta	Designação	Valor	%
2719	Concessão E.D.P	901.386,07	33%
2719	Concessão Gisparques	77.376,15	3%
2719	Águas de Cascais	1.175.314,15	43%
2719	Be Towering	46.800,00	2%
2719	Arcascais	501.666,67	19%
Totais		€ 2.702.543,04	100%

Graficamente, temos:



Anexo A-2:



Conta 27.2 – Custos Diferidos

Segundo o POCAL todos os custos e proveitos devem ser reconhecidos quando ocorridos.

Os subsídios e transferências correntes são custos operacionais à semelhança do que acontece com os subsídios e transferências correntes recebidas (contas 74.2 e 74.3) que são considerados proveitos do exercício. Após a sua aprovação em sede do Executivo Camarário, ficam definidos o valor a subsidiar e a duração temporal da transferência. Assim, após aprovação é também relevado contabilisticamente o custo/obrigação do pagamento.

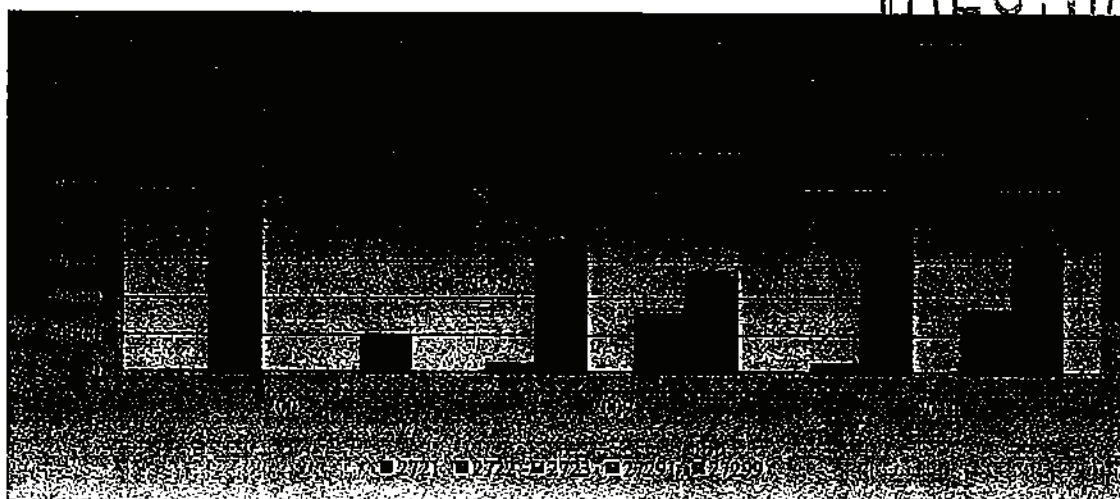
De forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do Município, todas as transferências e subsídios correntes e de capital encontram-se relevados na contabilidade, ou seja:

- A. Todas as transferências e subsídios correntes a pagar numa única tranche são considerados como custo face à sua natureza de curtíssimo prazo;
- B. As demais transferências e subsídios correntes, bem como os subsídios de capital foram contabilizados pelo seu valor total em Custos Diferidos.

O saldo da conta apresenta, assim, valores distintos dos apresentados em períodos homólogos de anos anteriores como mencionado no ponto 16.2. Veja-se o quadro infra para detalhe das contas/valores:

Conta	Designação	2008	2009	2010
2721	Assistência Técnica	649,71	4.871,95	4.999,37
2722	Seguros	166.340,58	71.726,35	81.626,63
2723	Assinaturas	149,01	0,0	188,93
27291	Rendas	1,25	34.467,48	34.245,94
27292	Transferências e Subsídios Correntes	0,00	0,00	1.066.502,95
	Ano 2010			262.502,95
	Anos futuros			804.000,00
27293	Subsídios de Capital	0,00	0,00	12.808.818,67
	Ano 2010			3.075.365,36
	Anos futuros			9.733.453,31
27299	Outros Custos Diferidos	20.455,46	55.043,94	68.521,42
Totais		187.596,01 €	166.109,72 €	14.064.903,91 €

Em termos gráficos, a evolução dos custos diferidos nos últimos 3 anos, excluindo as transferências e subsídios correntes e de capital é:



Do gráfico podemos constatar que nos últimos dois anos os valores de custos diferidos são aproximados.

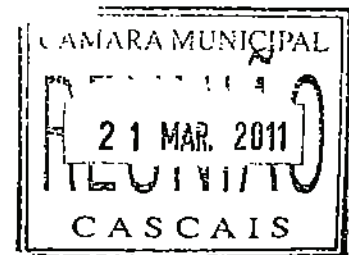
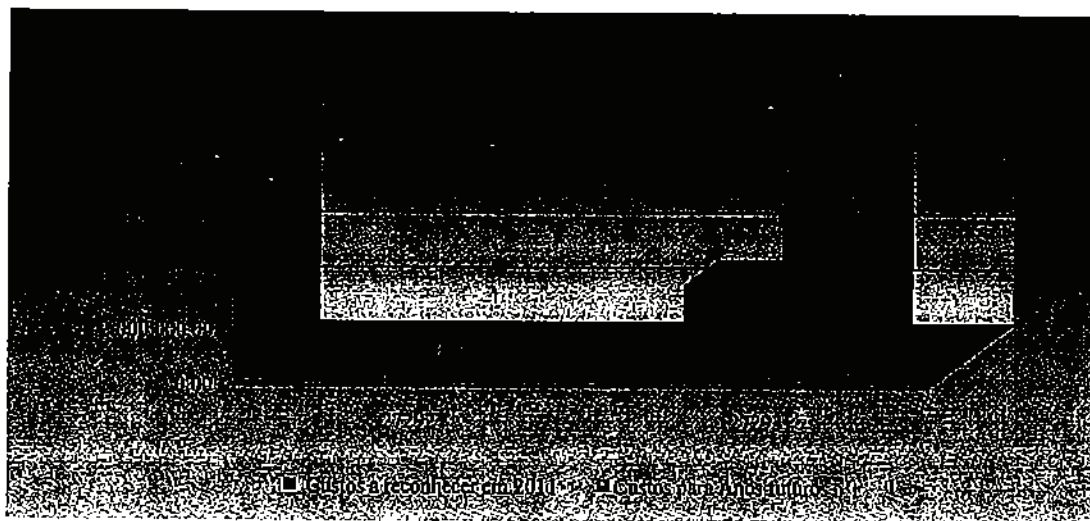
Uma vez que os valores referentes ao diferimento dos custos com transferências e subsídios correntes e de capital foram considerados pela primeira vez em 2010, não são assim comparáveis com períodos anteriores.

313

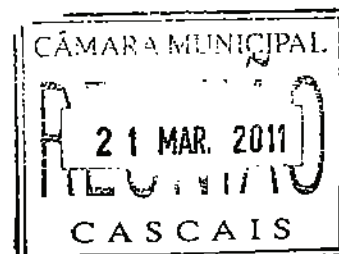
Apresenta-se no gráfico seguinte a composição dos custos diferidos no ano de 2010:



Do gráfico verifica-se que cerca de 99% do total dos custos diferidos correspondem a transferências e subsídios correntes e de capital. No entanto, estas contas englobam custos a reconhecer em 2011 e em anos futuros, como se constata na figura seguinte:



ANEXO B
Análise Mapas de Amortizações



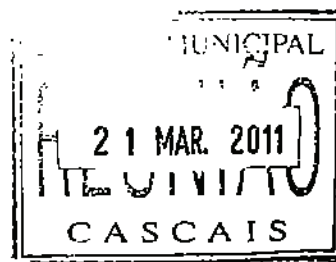
Em análise aos Mapas das Amortizações que são remetidos pela DGEP à DAFI a fim de serem incluídos na Prestação de Contas, semestral e anual, verificam-se divergências nos valores de aquisição e nos valores actuais dos bens imóveis, quando comparados com os valores registados na contabilidade.

Apresenta-se na página seguinte um quadro onde em linha são elencadas todas as contas de imobilizado e em coluna os valores do Activo Bruto, das Amortizações Acumuladas e do Activo Líquido evidenciados nos Mapas da DGEP, registados na aplicação SIC – Sistema de Inventário e Cadastro e registados na Aplicação SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica.

Estes últimos são os que constam do Balanço a 31.12.2010.

Após a apresentação desse quadro, verificámos que os valores referidos nos Mapas da DGEP entregues para a conta de gerência de 2010, à semelhança do que já tem acontecido em anos anteriores não correspondem aos valores registados no SCA: A maioria dos bens imóveis inventariados até 2007, não tem o valor correcto introduzido no campo Valor de Aquisição, na aplicação SIC. Ou seja, sempre que estes bens são alvo de correcções, quer pelo seu valor actual, quer pelos valores inscritos na sua matriz predial, no campo Avaliação ou Valor Actualizado da aplicação SIC, estes campos não estão a ser puxados para o Mapa das Amortizações, que são extraídos da aplicação no final de cada exercício económico. Deste modo, o Valor de Aquisição de grande parte dos bens imóveis referenciados nos Mapas de Amortização da DGEP e extraídos do SIC não coincidem com os valores da contabilidade. Do mesmo modo, ainda que o valor das amortizações acumuladas esteja correcto, o valor do Activo Líquido também não corresponde aos valores registados no SCA e, conseqüentemente, aos valores que constam do Balanço a 31.12.2010.

As diferenças que se verificam entre os valores extraídos da aplicação SIC em Mapas Fins de Exercício, por conta, apresentam diferenças menores daquelas que foram anteriormente referidas quando comparadas com a aplicação SCA.



316

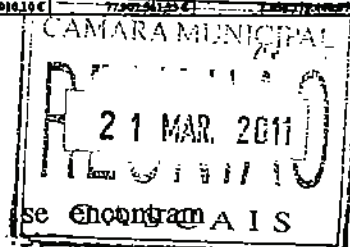
CONTA	MUTAS DGEF PARA A PRESENTAÇÃO			DADOS SIC			DADOS SCA		
	44	45	46	47	48	49	50	51	52
451	14.691.797,97 €	- €	14.691.797,97 €	14.691.797,97 €	- €	14.691.797,97 €	15.333.397,19 €	- €	15.333.397,19 €
452	1.259.131,99 €	1.520.859,91 €	2.549.877,99 €	2.549.131,99 €	1.520.859,91 €	2.549.131,99 €	1.189.341,91 €	1.520.859,91 €	2.461.912,52 €
453	723.851,45 €	40.141,09 €	698.718,39 €	723.851,45 €	40.141,09 €	698.718,39 €	53.814.082,29 €	40.141,09 €	54.000.938,20 €
454	1.100.389,80 €	202.349,91 €	898.220,99 €	1.100.389,80 €	202.349,91 €	898.220,99 €	1.371.723,71 €	202.349,91 €	1.169.258,67 €
459	90.451,22 €	11.129,77 €	79.321,49 €	90.451,22 €	11.129,77 €	79.321,49 €	4.239.332,56 €	11.129,77 €	4.218.497,79 €
465	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
466	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
431	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
433	2.955.756,72 €	2.371.420,91 €	684.335,78 €	2.955.756,72 €	2.371.420,91 €	684.335,78 €	2.955.756,72 €	2.371.420,91 €	684.335,78 €
435	6.231.570,97 €	3.023.491,91 €	3.208.079,24 €	6.231.570,97 €	3.023.491,91 €	3.208.079,24 €	6.231.570,97 €	3.023.491,91 €	3.208.079,24 €
441	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
449	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
421	815.824.723,33 €	- €	815.824.723,33 €	817.129.643,26 €	- €	817.129.643,26 €	800.871.220,97 €	- €	800.871.220,97 €
422	289.207.533,39 €	48.064.130,93 €	241.893.402,96 €	294.323.703,71 €	48.064.130,93 €	246.259.572,78 €	142.887.339,08 €	48.064.130,93 €	198.295.442,15 €
423	6.218.395,61 €	4.311.437,36 €	1.906.958,25 €	6.218.417,88 €	4.311.437,36 €	1.906.980,52 €	6.128.854,44 €	4.311.437,36 €	1.747.184,76 €
424	7.405.201,34 €	4.303.825,30 €	3.101.376,04 €	7.405.201,34 €	4.303.825,30 €	3.101.376,04 €	7.405.201,34 €	4.303.825,30 €	3.101.376,04 €
425	499.829,13 €	379.213,42 €	120.615,71 €	499.829,13 €	379.213,42 €	120.615,71 €	499.829,13 €	379.213,42 €	120.615,71 €
426	10.180.779,96 €	1.564.920,85 €	8.615.859,11 €	10.180.779,96 €	1.564.920,85 €	8.615.859,11 €	10.180.779,96 €	1.564.920,85 €	8.615.859,11 €
427	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
428	4.489.225,15 €	2.908.308,22 €	1.580.916,93 €	4.489.225,15 €	2.908.308,22 €	1.580.916,93 €	4.489.225,15 €	2.908.308,22 €	1.580.916,93 €
429	- €	- €	- €	- €	- €	- €	19.084.031,70 €	- €	19.084.031,70 €
438	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1.855.107,59 €	- €	1.855.107,59 €
411	3.978.319,24 €	- €	3.978.319,24 €	4.171.614,27 €	- €	4.171.614,27 €	4.171.614,27 €	- €	4.171.614,27 €
412	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
4141	11.207.411,20 €	- €	11.207.411,20 €	11.344.054,09 €	- €	11.344.054,09 €	10.707.035,08 €	- €	10.707.035,08 €
4142	202.337,93 €	112.431,80 €	89.906,13 €	202.337,93 €	112.431,80 €	89.906,13 €	202.337,93 €	112.431,80 €	89.906,13 €
4153	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
4152	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
4159	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
441	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
447	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	2.179.417.224,11 €	77.802.500,91 €	2.101.614.723,20 €	2.180.141.194,58 €	77.802.500,91 €	2.102.338.693,67 €	1.134.182.010,16 €	77.802.500,91 €	2.024.536.192,75 €

As razões principais para o fenómeno descrito supra ficam a dever-se a:

1. O valor base dos saldos iniciais de 2002 que ainda não se encontram reconciliados entre a DGEF (SIC) e a DAFI (SCA). Este trabalho já se encontra em curso, sendo menor a diferença entre as aplicações de ano para ano;
2. Os valores dos bens imóveis contabilizados em imobilizações corpóreas ou em bens de domínio público, ainda não inventariados pela DGEF.

Neste caso, encontrámos duas situações distintas:

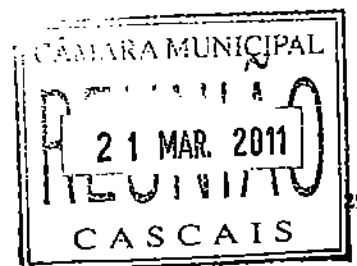
- a. Aquisições de imóveis efectuadas, em que na DAFI é apresentado o documento de despesa para a escritura, com a Deliberação de Câmara em apenso. Neste caso, a contabilidade efectua o registo em imobilizado, reportando de seguida ao Património. Este, por sua vez, só inventaria o bem após a escritura efectuada. Neste hiato de tempo, que pode abranger o fim de um exercício económico, a DAFI apresenta mais valor do que o Património no Imobilizado;



- b. Trimestralmente o Departamento de Obras envia para a DAFI um ficheiro com os Autos de Recepção Provisória a fim de transferirmos as Obras em Curso para Imobilizado firme. No entanto, a DGEP não inventaria de imediato os bens, por não terem na sua posse toda a informação necessária para o efeito. No fim do exercício económico, estas operações geram diferenças entre o SIC e o SCA e consequente ausência de amortização dos bens do Activo na situação descrita.

Estas duas razões distorcem claramente os valores existentes entre o SIC e o SCA. A fim de podermos concluir sobre os valores envolvidos está em curso na DAFI um estudo sobre todas as obras que foram transferidas para imobilizado firme e as quais ainda não foram inventariadas pela DGEP de forma a:

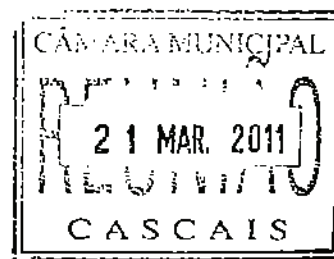
- ✓ Verificar os impactos nas contas do Município, ou seja, quais os custos que estão presentemente a ser incorridos e não reconhecidos;
- ✓ Permitir avançar com a Contabilidade Analítica, uma vez que é fundamental a inventariação de todos os bens, incluindo os imóveis, com vista à reconciliação definitiva entre estas duas aplicações – SIC e SCA. Por outro lado, existe necessidade de inverter o processo de informação, ou seja, ao invés dos bens serem registados na DAFI e reportados à DGEP, ser a DGEP a desenvolver todo o processo, proceder à inventariação e a DAFI reconciliar o bem;
- ✓ Analisar os processos que temos nas contas de Imobilizado em Curso respeitantes a intervenções no património municipal por parte das Empresas Municipais. A título de exemplo, durante o ano de 2010 foram contabilizadas em Imobilizações em Curso, cerca de cinco milhões de euros (valor sem IVA), algumas das quais já se encontram concluídas (vide Notas às Demonstrações Financeiras da ESUC). Desta forma, existe necessidade de redefinir procedimentos internos e em conjunto com os diversos intervenientes, prosseguindo o objectivo de recolha de toda a informação necessária à inventariação destes bens/intervenções, transferir assim os mesmos para imobilizado firme.



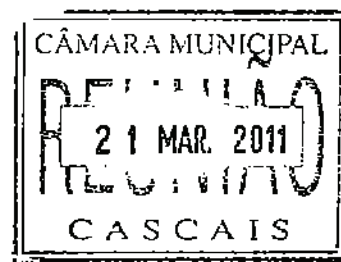
318

Em termos comparativos, e considerando que a aplicação SIC é a melhor base para apuramento das amortizações e consequentes Mapas de fim de exercício, podemos verificar que temos uma variação máxima de 6% entre os valores do SIC e do SCA no Activo Líquido, que passa para 5% quando comparado com os mapas remetidos pela DGEP.

Desta forma, poderemos afirmar que segundo o nosso estudo inicial estimamos que no presente o Património está subavaliado em cerca de € 55.979.185.



ANEXO C
Provisões para Dívidas Cobrança Duvidosa



Dívidas de Cobrança Duvidosa a 31-12-2010 (conta 21) – PROVISÕES

Provisão de 0%

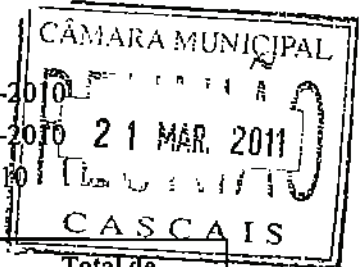
Provisão de 50%

Provisão de 100%

01-07-2010 a 31-12-2010

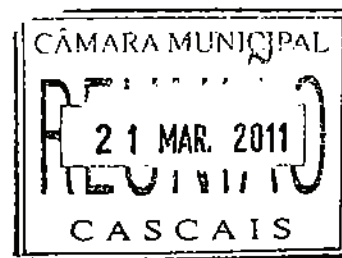
01-01-2010 a 30-06-2010

Anterior a 01-01-2010



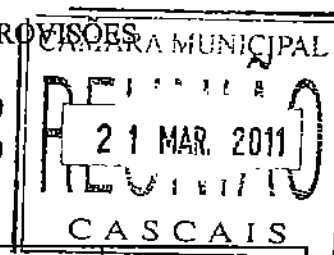
Classificação Económica	Saldo a 31-12-2010	Provisões 50%	Provisões 100%	Total de Provisões 31-12-2010
0202060202	41.701,11	0,00	41.701,11	41.701,11
Virtual	41.701,11	0,00	41.701,11	41.701,11
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
02020603	764.243,66	3.345,22	757.553,22	760.898,44
Virtual	230.480,88	0,00	230.480,88	230.480,88
Eventual	533.762,78	3.345,22	527.072,34	530.417,56
02020605	407.466,00	42.875,65	321.714,70	364.590,35
Virtual	202.247,76	0,00	202.247,76	202.247,76
Eventual	205.218,24	42.875,65	119.466,94	162.342,59
02020610	904,68	219,41	269,40	488,81
Virtual	102,22	0,00	102,22	102,22
Eventual	802,46	219,41	167,18	386,59
020206999	19.716,55	0,00	19.716,55	19.716,55
Virtual	0,00	0,00	0,00	0,00
Eventual	19.716,55	0,00	19.716,55	19.716,55
0401230201	1.310,01	0,00	1.310,01	1.310,01
Virtual	1.310,01	0,00	1.310,01	1.310,01
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
0401230202	3.771,91	0,00	3.771,91	3.771,91
Virtual	3.771,91	0,00	3.771,91	3.771,91
Eventual	576,46	0,00	0,00	0,00
04012303	22.526,22	1.518,83	19.488,57	21.007,40
Virtual	11.429,41	0,00	11.429,41	11.429,41
Eventual	11.096,81	1.518,83	8.059,16	9.577,99
04012306	609,25	0,00	609,25	609,25
Virtual	609,25	0,00	609,25	609,25
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
04012309	1.646,94	0,00	1.646,94	1.646,94
Virtual	1.646,94	0,00	1.646,94	1.646,94
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
04012310	546,79	0,00	546,79	546,79
Virtual	546,79	0,00	546,79	546,79
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
04012312	23.779,95	0,00	23.779,95	23.779,95
Virtual	23.779,95	0,00	23.779,95	23.779,95
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00

Classificação Económica	Saldo a 31-12-2010	Provisões 50%	Provisões 100%	Total de Provisões 31-12-2010
040123999	150,96	0,00	150,96	150,96
Virtual	150,96	0,00	150,96	150,96
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
04029903	22.944,70	0,00	22.944,70	22.944,70
Virtual	0,00	0,00	0,00	0,00
Eventual	22.944,70	0,00	22.944,70	22.944,70
070201	1.404,80	0,00	1.404,80	1.404,80
Virtual	1.404,80	0,00	1.404,80	1.404,80
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
070206	1.067,98	0,00	1.067,98	1.067,98
Virtual	0,00	0,00	0,00	0,00
Eventual	1.067,98	0,00	1.067,98	1.067,98
07020904	83.780,32	0,00	52.705,00	52.705,00
Virtual	22.705,44	0,00	22.705,44	22.705,44
Eventual	61.075,38	0,00	30.089,85	30.089,85
07020905	3.091,87	0,00	756,30	756,30
Virtual	567,80	0,00	567,80	567,80
Eventual	2.524,07	0,00	188,50	188,50
07020906	6.022,78	0,00	4.649,71	4.649,71
Virtual	3.818,52	0,00	3.818,52	3.818,52
Eventual	2.204,26	0,00	831,19	831,19
07020916	27.668,35	0,00	27.668,35	27.668,35
Virtual	27.668,35	0,00	27.668,35	27.668,35
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
07020917	4.446,42	0,00	4.446,42	4.446,42
Virtual	2.564,06	0,00	2.564,06	2.564,06
Eventual	1.882,36	0,00	1.882,36	1.882,36
07020919	35,09	0,00	35,09	35,09
Virtual	35,09	0,00	35,09	35,09
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
07029999	48.086,29	24.043,15	0,00	24.043,15
Virtual	0,00	0,00	0,00	0,00
Eventual	48.086,29	24.043,15	0,00	24.043,15
Totais	1.487.499,59	72.002,25	1.308.028,00	1.380.030,25



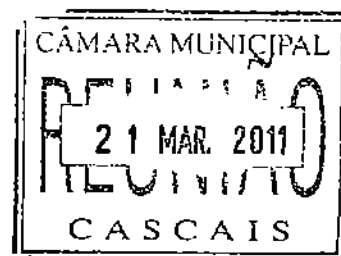
Dívidas de Cobrança Duvidosa 31-12-2010 (conta 26) - PROVISÕES

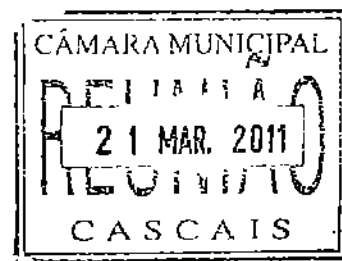
Provisão de 0% 01-07-2010 a 31-12-2010
 Provisão de 50% 01-01-2010 a 30-06-2010
 Provisão de 100% Anterior a 01-01-2010



Classificação Económica	Saldo a 31-12-2010	Provisões 50%	Provisões 100%	Total de Provisões 31-12-2010
05020102	209,37	0,00	209,37	209,37
Virtual	209,37	0,00	209,37	209,37
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
050799	352,97	0,00	352,97	352,97
Virtual	0,00	0,00	0,00	0,00
Eventual	352,97	0,00	352,97	352,97
051001	34.417,05	0,00	34.417,05	34.417,05
Virtual	0,00	0,00	0,00	0,00
Eventual	34.417,05	0,00	34.417,05	34.417,05
051099	40.402,63	0,00	40.402,63	40.402,63
Virtual	0,00	0,00	0,00	0,00
Eventual	40.402,63	0,00	40.402,63	40.402,63
07019999	0,37	0,00	0,37	0,37
Virtual	0,37	0,00	0,37	0,37
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
07039902	75.649,99	580,63	74.688,73	75.269,36
Virtual	54.277,16	0,00	54.277,16	54.277,16
Eventual	21.572,83	580,63	20.411,57	20.992,20
07039903	97,39	0,00	97,39	97,39
Virtual	97,39	0,00	97,39	97,39
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
08019902	2.109,31	0,00	2.109,31	2.109,31
Virtual	0,00	0,00	0,00	0,00
Eventual	2.109,31	0,00	2.109,31	2.109,31
08019999	209,30	0,00	209,30	209,30
Virtual	209,30	0,00	209,30	209,30
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
09010102	1.198,86	0,00	1.198,86	1.198,86
Virtual	1.198,86	0,00	1.198,86	1.198,86
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
09040202	326,09	0,00	326,09	326,09
Virtual	0,00	0,00	0,00	0,00
Eventual	326,09	0,00	326,09	326,09

Classificação Económica	Saldo a 31-12-2010	Provisões 50%	Provisões 100%	Total de Provisões 31-12-2010
11060602	1.451,18	0,00	1.451,18	1.451,18
Virtual	1.451,18	0,00	1.451,18	1.451,18
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
1301990102	25.811,79	0,00	25.811,79	25.811,79
Virtual	25.811,79	0,00	25.811,79	25.811,79
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
150101	406,75	0,00	406,75	406,75
Virtual	406,75	0,00	406,75	406,75
Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	182.843,05	580,63	181.681,79	182.262,42





ANEXO D
Juros Suportados

Conta 68.1 – Juros Suportados

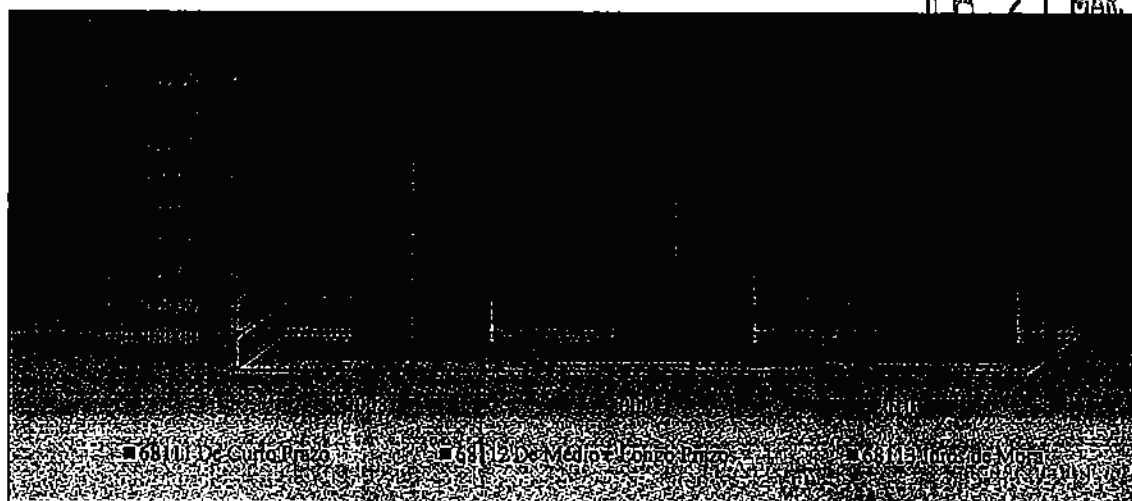
No final de 2010, e comparativamente com períodos anteriores homólogos, a conta de **68.1 - Juros Suportados** apresenta os seguintes valores:

Conta	Designação	2008	2009	2010
68111	De Curto Prazo	-	-	35.355,70
68112	De Médio e Longo Prazos	840.803,12	766.288,07	477.291,05
	Empréstimos bancários	800.078,96	711.045,32	452.974,82
	Outros Empréstimos	40.724,16	55.242,75	24.316,23
68113	Juros de Mora	618.174,87	517.816,26	222.609,23
Total de Juros Suportados		1.458.977,99	1.284.104,33	735.255,98

Da análise da informação anterior, conclui-se que por um lado foi utilizada a linha de crédito de curto prazo que permite o suporte à Tesouraria em momentos de dificuldade financeira; por outro lado, conclui-se também pela redução significativa nos juros suportados com a carteira de empréstimos do Município.

Outro ponto a referir é a redução substancial do montante de juros de mora suportados.

Para melhor verificar a evolução dos Juros ao longo do tempo, tem-se graficamente:



Do gráfico, pode-se constatar que os valores mais significativos são os Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo (MLP) e os Juros de Mora. Para uma melhor análise, faz-se seguidamente um estudo para cada uma destas subcontas.

A. Juros de Mora

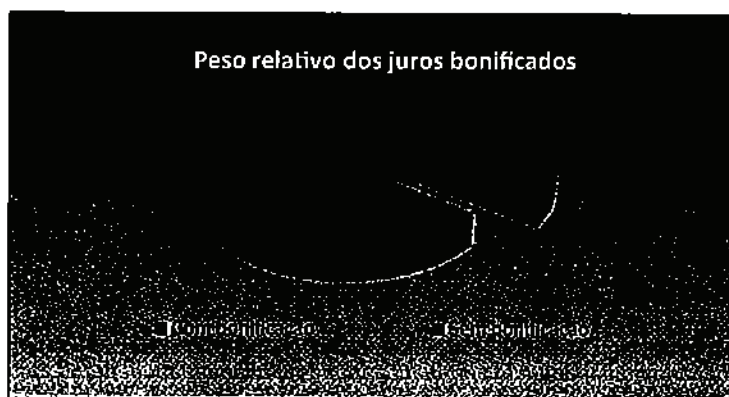
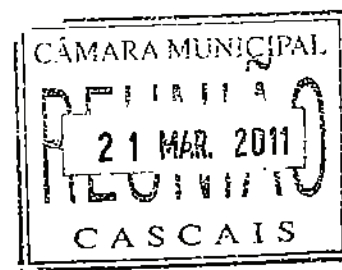
Em consulta ao extracto da conta corrente *68113 – Juros de Mora*, verifica-se que 94% do valor registado corresponde a juros sobre garantias bancárias não libertadas e juros sobre falta de pagamento de factura reclamada em processo judicial (Processo SUMA). Importa referir que o processo judicial pendente sobre a libertação das garantias bancárias se encontra extinto, tendo sido pago o estipulado em sentença de tribunal à SUMA em 1 de Julho do ano de 2010.

B. Empréstimos Bancários MLP

A conta dos juros de empréstimos bancários a MLP compreende duas rubricas: os juros dos empréstimos bancários e os juros de outros empréstimos. No entanto, estes últimos apenas apresentam os empréstimos contraídos com o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, pelo que a análise será efectuada no global à conta *68112 – Empréstimos Bancários de MLP*.

Na análise efectuada à conta *23 – Empréstimos Bancários* mencionámos que existem empréstimos que o Município contraiu e que têm bonificação. Desta forma, apresenta-se infra em quadro e em gráfico os valores e respectivas percentagens dos juros suportados de empréstimos com bonificação e sem bonificação.

Juros Empréstimos MLP	Valor
Com bonificação	191.563,68
Sem bonificação	345.726,64
TOTAL	537.290,32



Veja-se agora como se poderá relacionar os juros suportados de empréstimos bancários de MLP com bonificação e os respectivos juros bonificados:

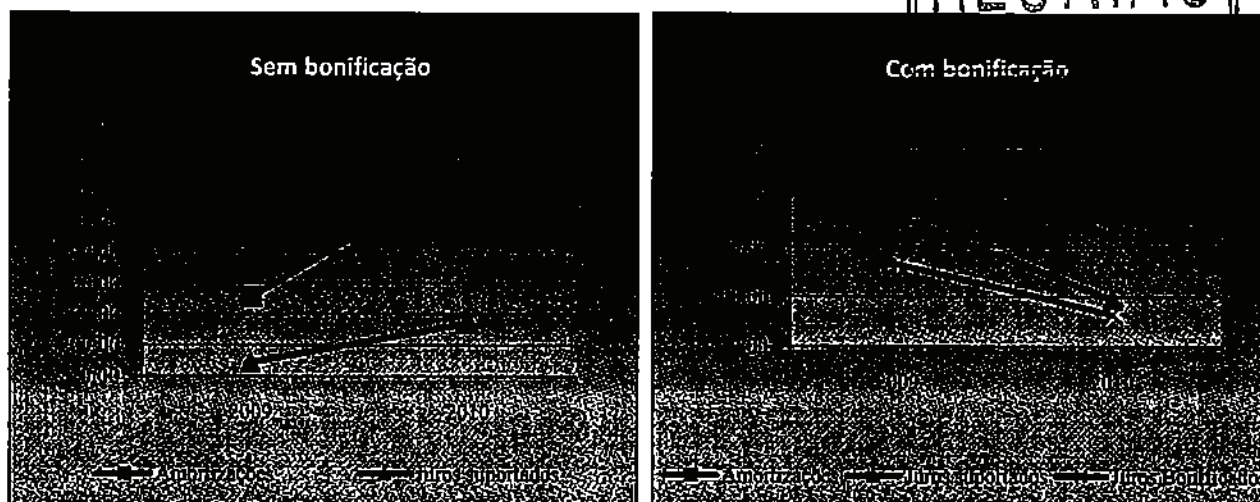
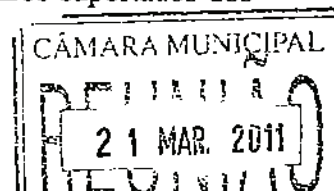
Designação	C Bonificação		S Bonificação	
	2009	2010	2009	2010
Amortizações	900.776,94	856.926,19	511.622,94	1.335.487,13
Juros suportados	523.314,97	191.563,68	92.331,92	345.726,64
Juros Bonificados	331.691,68	131.019,63	-	-

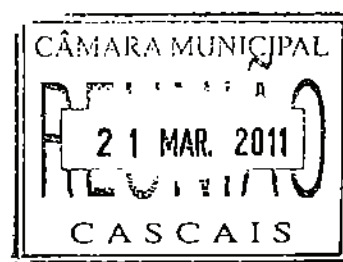
Ao nível dos empréstimos com bonificação, as amortizações registaram um decréscimo de 5% contrariamente aos empréstimos sem bonificação onde se verificou um acréscimo de 161%. Isto deveu-se ao início de utilização do empréstimo referente à Loja do Cidadão, que influenciou o aumento dos juros suportados em 86%.

De referir, que os juros bonificados apresentam uma redução 60%, face à diminuição dos juros suportados, uma vez que as prestações têm carácter constante.

A taxa média de bonificação dos juros no exercício económico de 2010 é de 68%, obtida pelo rácio entre o total dos juros bonificados e o total dos juros suportados dos empréstimos com bonificação.

Graficamente, temos:





ANEXO E
Análises Diversas

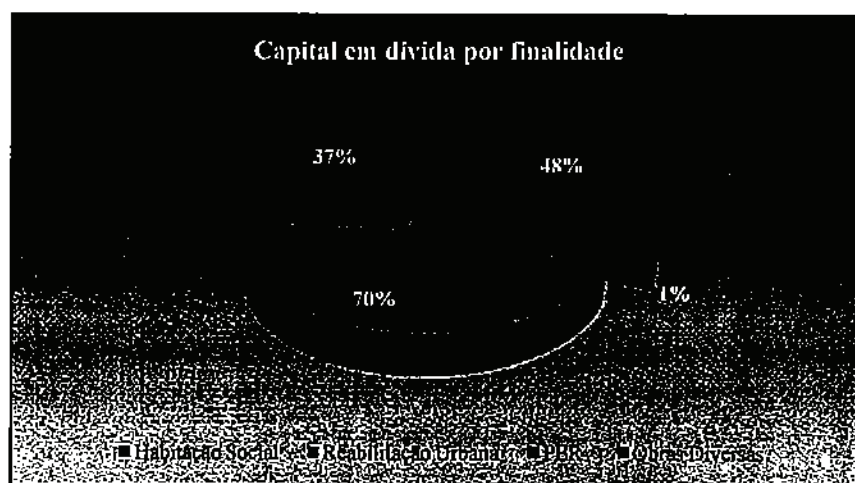
Anexo E-1:

Conta 23 – Empréstimos Obtidos

No final do ano de 2010 verifica-se que, de acordo com a informação obtida da DPLO (ver o Mapa 8.3.6.1 - Empréstimos), o Município detém 36 empréstimos de médio e longo prazo com diferentes finalidades, como mostra o quadro seguinte:

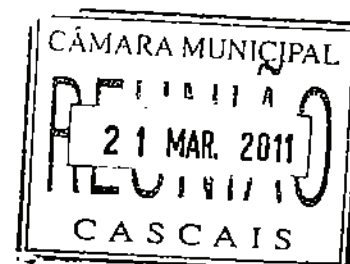
Finalidade do Empréstimo	Contratualizado	Em Dívida	% Dívida
Habitação Social	2.816.477,28	1.345.268,81	48%
Reabilitação Urbana	1.134.730,30	10.668,25	1%
PER	18.702.599,79	13.060.225,78	70%
Obras Diversas	41.648.299,71	15.307.385,47	37%
TOTAL	64.302.107,08	29.723.548,31	46%

Graficamente, vem:



Da análise gráfica, conclui-se que 70% do total do capital utilizado diz respeito a empréstimos de “PER” e 48% para Habitação Social.

As Obras Diversas encontram-se repartidas por:



334

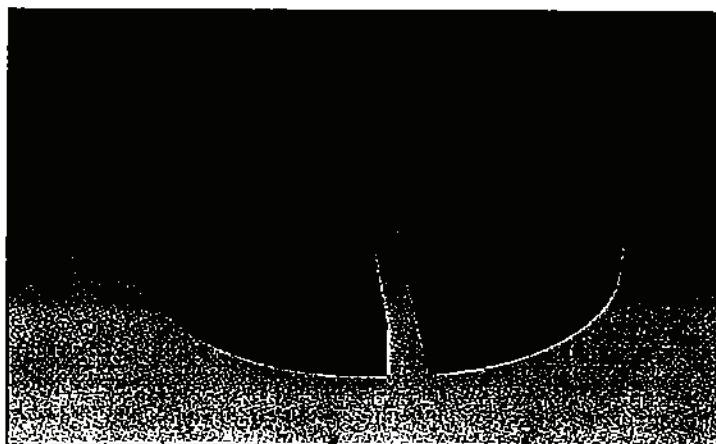
Obras Diversas	Contratualizado	Em Dívida	% Dívida
Div. Obras / Proj. Invest.	4.987.978,97	654.858,00	13%
Div. Projectos	2.723.746,74	1.480.445,19	54%
Div. Obras e Projectos	24.200.000,00	4.266.321,67	18%
Relocal. Feira / Cascais	236.574,00	197.774,63	84%
Loja Cidadão	9.500.000,00	8.707.985,98	92%
TOTAL	41.648.299,71	15.307.385,47	37%

Ainda referente ao valor total dos empréstimos em dívida, verifica-se que existem empréstimos que têm bonificação.

Do total de empréstimos de médio e longo prazo em dívida (€ 29.723.548,31), 52% não são bonificados. Os respectivos valores e distribuição gráfica podem ver-se infra.

Empréstimos em Dívida	Valor
Com bonificação	14.405.494,59
Sem bonificação	15.318.053,72
TOTAL	29.723.548,31

Graficamente, temos:



Anexo E-2:

Conta 24.3 . Imposto sobre o Valor Acrescentado

Durante o exercício económico de 2010, em sede de IVA, o Município declarou IVA a pagar ao Estado (DGCI) nos meses de Março, Abril, Maio, Julho, Setembro, Novembro e Dezembro, sendo que para estes dois últimos o pagamento apenas ocorrerá em Janeiro e Fevereiro de 2011, respectivamente.

Mês	Dedutível	Liquidado	Apuramento	A pagar	Pago
Janeiro	76.442,50	48.925,24	-27.517,26		
Fevereiro	38.346,53	4.303,84	-34.042,69		
Março	50.748,69	64.833,98	14.085,29	14.085,29	
Abril	15.960,73	23.248,60	7.287,87	7.287,87	
Maio	16.094,53	60.853,54	44.759,01	44.759,01	14.085,29
Junho	11.532,48	1.163,74	-10.368,74		7.287,87
Julho	26.367,02	59.320,01	32.952,99	32.952,99	44.759,01
Agosto	11.812,02	6.689,82	-5.122,20		
Setembro	14.514,12	37.035,20	22.521,08	22.521,08	32.952,99
Outubro	10.310,96	7.284,63	-3.026,33		
Novembro	14.528,26	23.399,57	8.871,31	8.871,31	22.521,08
Dezembro	35.151,48	110.409,34	75.257,86	75.257,86	
Totais	321.809,32	447.467,51	125.658,19	205.735,41	121.606,24



Em termos gráficos:



334

Anexo E-3:

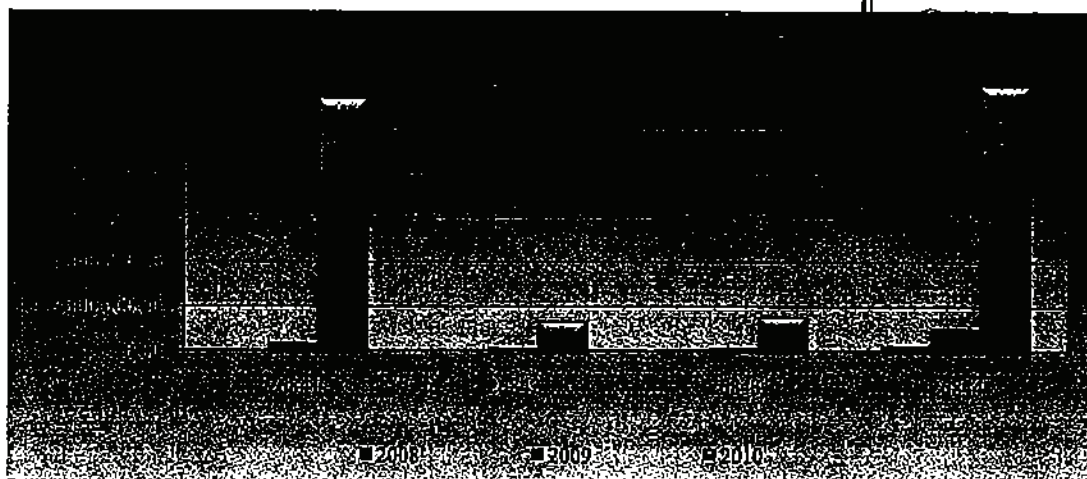
Conta 268.4 – Credores de Transferências das Autarquias Locais

Implementado o princípio da especialização do exercício, no que concerne às transferências, através da conta patrimonial 27.2 – *Custos Diferidos*, também é necessária a análise à conta 26.84 – *Credores de Transferências das Autarquias Locais*, dado ser esta conta a contrapartida daquela.

Nos últimos três anos a evolução dos saldos decompõe-se como mostra o quadro seguinte:

Conta	Designação	2008	2009	2010
26841	Estado	2.800,00	334.021,44	11.361.335,87
26842	Freguesias	5.921,30	128.415,43	1.336.474,34
26843	Particulares	63.004,03	84.435,88	1.583.543,64
26844	Outros	231969,73	1.006.163,00	11.882.312,73
Totais		303.695,33 €	1.553.035,75 €	26.163.666,58 €

Graficamente, obtemos:



Do supra se conclui, que a especialização do exercício evidenciou dívida anteriormente apenas relevada no compromisso (óptica de caixa) nas classes patrimoniais, sendo evidente a correcta transformação ocorrida nas contas “Estado” e “Outros”, sendo esta última a que sofre a alteração mais significativa.